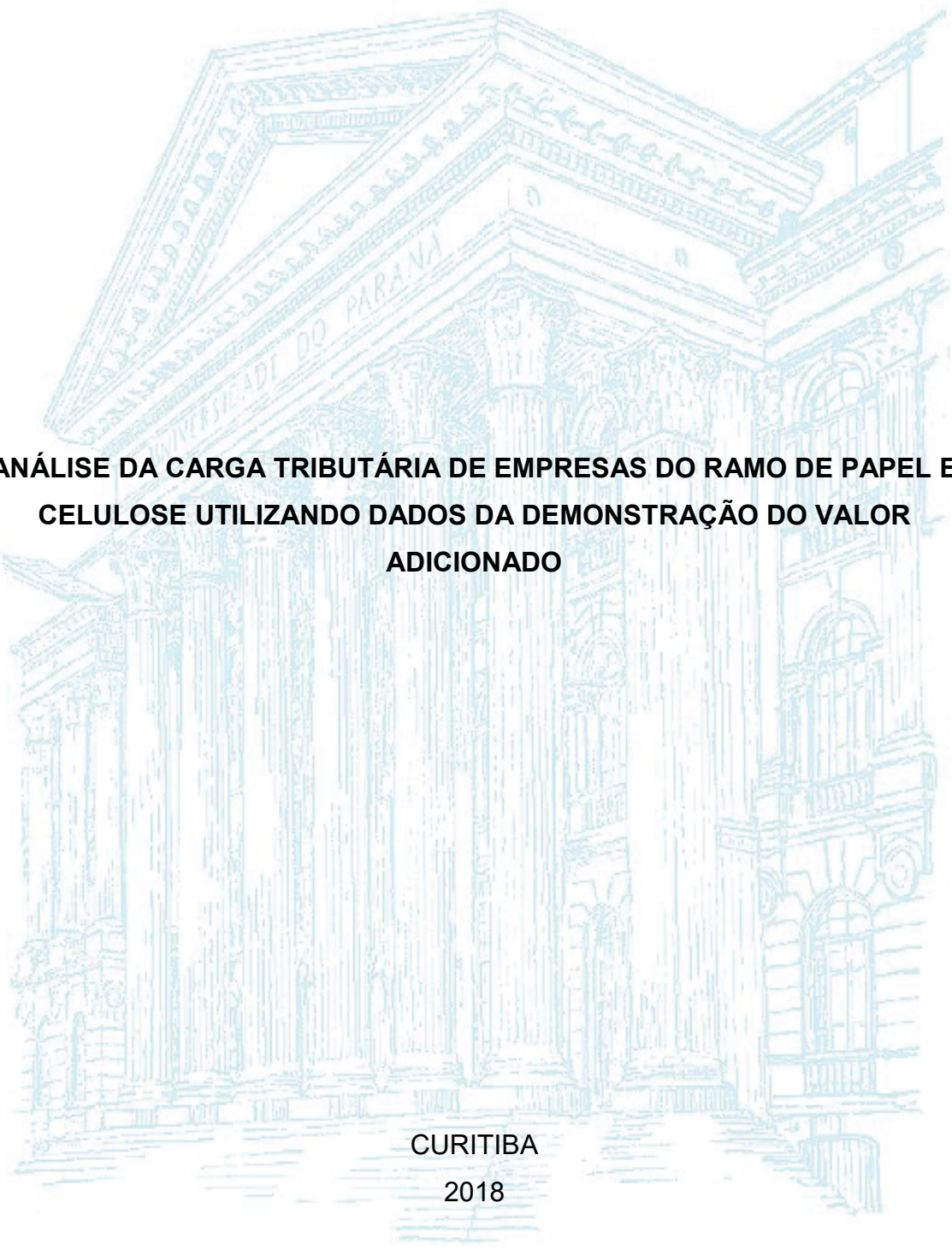


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELIANE AMARO DE LIMA



**ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DE EMPRESAS DO RAMO DE PAPEL E
CELULOSE UTILIZANDO DADOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

CURITIBA

2018

ELIANE AMARO DE LIMA

**ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DE EMPRESAS DO RAMO DE PAPEL E
CELULOSE UTILIZANDO DADOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão Contábil e Tributária

Orientador: Me. Luiz Carlos de Souza

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIANE AMARO DE LIMA

ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DE EMPRESAS DO RAMO DE PAPEL E CELULOSE UTILIZANDO DADOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA – Gestão Contábil e Tributária

Me. Luiz Carlos de Souza
Orientador – Departamento de Ciências Contábeis - UFPR

Curitiba, 28 de novembro de 2018.

Dedico a todas as pessoas que direta e indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter proporcionado saúde para que pudesse alcançar meus objetivos;

Aos professores que ao longo do curso, contribuíram de alguma forma para aperfeiçoar meus conhecimentos;

Ao professor Souza pela sua orientação e incentivo.

“A alegria que se tem em pensar e aprender faz-se pensar e aprender ainda mais”

Aristóteles

RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tornou-se obrigatória para as companhias abertas com o advento da Lei 11.638/07. Esse demonstrativo contábil evidencia a geração da riqueza de uma entidade e a distribuição da mesma entre os agentes relacionados à sua criação. A DVA é um demonstrativo integrante do Balanço Social, que tem como finalidade tornar pública a responsabilidade social das empresas, algo que se deparam atualmente. Um dos ramos que se preocupa com essa questão é o de celulose e papel, um dos motivos é por estarem inseridas em aspectos de produção relacionados com a preocupação com o meio ambiente. A contabilidade também deve se preocupar com essas mudanças exigidas e apresentar os demonstrativos de forma adequada e clara para entendimento de todos os seus usuários. Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo geral, analisar a carga tributária de empresas do ramo de papel e celulose utilizando informações contidas na DVA. Para atingir o objetivo proposto, foram levantados demonstrativos contábeis publicados, de empresas do ramo de celulose e papel e aplicados os objetivos específicos. A metodologia e procedimentos utilizados nesse estudo foram bibliográficos, documentais, exploratório, descritiva, explicativa e qualitativa para avaliar o estudo e elaborar tabelas e gráficos com os resultados obtidos com a finalidade de alcançar o objetivo geral. Após as análises, foram constatados alguns pontos relevantes e concluídos os resultados com base nos percentuais calculados das empresas escolhidas como objeto de estudo.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Carga Tributária. Evidenciação contábil.

ABSTRACT

The Statement of Added Value (DVA) became mandatory for publicly-held companies with the enactment of law 11.638/07. This accounting statement evidences the generation of wealth of an entity and the distribution of the same among the agencies related to its creation. The DVA is an integral demonstration of the Social Balance, whose purpose is to make public the corporate social responsibility, something that they are facing today. One of the branches that is concerned with this issue is pulp and paper, one of the reasons is because they are inserted in aspects of production related to the concern for the environment. The accounting should also be concerned with these required changes and present the statements adequately and clearly to the understanding of all its users. In this context, the main purpose of this study is to analyze the tax burden of pulp and paper companies using information contained in the DVA. In order to achieve the proposed objective, published accounting statements of pulp and paper companies were drawn up and specific objectives were applied. The methodology and procedures used in this study were bibliographic, documentary, exploratory, descriptive, explanatory and qualitative to evaluate the study and elaborate tables and graphics with the results obtained in order to reach the general objective. After the analyzes, some relevant points were verified and the results were concluded based on the calculated percentages of the companies chosen as object of study.

Keywords: Statement of Added Value. Tax Burden. Disclosure Accounting.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modelo Demonstração do Valor Adicionado empresas em geral.....	25
QUADRO 2 - Empresas selecionadas para levantamento de dados.....	31
QUADRO 3 – Demonstração do Valor Adicionado Cia Melhoramento São Paulo....	36
QUADRO 4 – Demonstração do Valor Adicionado Eldorado Papel e Celulose.....	37
QUADRO 5 – Demonstração do Valor Adicionado Fibria e Celulose S.A	38
QUADRO 6 – Demonstração do Valor Adicionado Klabin S.A.....	39
QUADRO 7 – Demonstração do Valor Adicionado Suzano Papel e Celulose S.A....	40
QUADRO 8 – Tabela Percentuais Participação do Governo no Valor Adicionado....	46

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Média de impostos, taxas e contribuições DVA.....	45
GRÁFICO 2 - Participação do Governo no Valor Adicionado ano a ano.....	47
GRÁFICO 3 - Média participação do Governo no Valor Adicionado.....	48
GRÁFICO 4 - Carga tributária Receita Federal do Brasil x Média valores DVA.....	49

LISTA DE SIGLAS

- CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
- COFINS - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
- CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
- DRE - Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA - Demonstração do Valor Adicionado
- FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
- IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
- IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- PIS - Programa de Integração Social
- RFB - Receita Federal do Brasil
- UFPR - Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.3 JUSTIFICATIVAS	14
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA).....	15
2.3 ESTRUTURA DA DVA	19
2.4 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	27
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	28
3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA	29
3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS.....	29
3.4 UNIVERSO A SER PESQUISADO	31
3.5 COLETA, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	31
4. ANÁLISE E COLETA DE DADOS.....	32
4.1 DESCRIÇÃO DO DADOS	32
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS PARA ESTUDO.....	32
4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS SELECIONADAS	36
4.5 PERCENTUAL DA CARGA TRIBUTÁRIA ATRAVÉS DE ÍNDICE DVA	41
4.6 COMPARATIVO CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA DO BRASIL E PERCENTUAIS DVA.....	49
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	51
REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

A evolução da Contabilidade é constante com o passar dos anos, inovando os demonstrativos contábeis para melhor o entendimento do desempenho econômico e financeiro das entidades.

A alteração da Lei 11.638/2007 introduziu a obrigatoriedade de relatórios contábeis a serem apresentados pelas empresas societárias por ações, incluindo entre eles a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), com influência na mudança de mentalidade da sociedade perante o papel das empresas no ambiente social e ambiental, assim como de promotoras de desenvolvimento.

Neste contexto, a Demonstração do Valor Adicionado surge como relatório de cunho extremamente valioso, ao evidenciar o valor agregado gerado pela empresa e a distribuição da riqueza gerada por ela junto aos seus usuários internos e externos.

Além de ser um demonstrativo contábil inovador, a DVA é uma peça importante do Balanço Social, pois fornece uma visão abrangente sobre a real capacidade de uma empresa produzir riqueza e sobre a forma como distribuí essa riqueza entre seus fatores de produção, relacionando com a evidenciação da responsabilidade social demonstrada no Balanço Social.

A DVA possibilita visualizar, de forma clara, a parte da riqueza que pertence aos sócios, terceiros que financiaram a entidade, aos funcionários e ao governo.

Esse demonstrativo é obrigatório apenas para as sociedades de capital aberto, porém, nada impede que as demais entidades utilizem como uma ferramenta auxiliar na conclusão do desenvolvimento da empresa no exercício social.

Dessa forma pode-se utilizar dados da DVA para análise dos valores distribuídos para o governo, ou seja, a carga tributária que a empresa gerou no exercício.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. Por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes e tendo como base o Princípio Contábil da Competência. A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa. Neste contexto, como os dados da Demonstração do Valor Adicionado podem demonstrar a carga tributária das empresas do ramo de papel e celulose no Brasil?

1.2 OBJETIVOS

- Objetivo Geral

Este trabalho tem a intenção de subsidiar a contabilidade na área tributária, com o seguinte objetivo: analisar a carga tributária de empresas do ramo de papel e celulose utilizando dados da Demonstração do Valor Adicionado.

- Objetivos Específicos: (i) analisar quais são os principais tributos que compõe a distribuição de riqueza para o governo, de acordo com a DVA; (ii) demonstrar através de dados da DVA, o percentual da carga tributária suportada por empresas do ramo de papel e celulose; (iii) demonstrar comparativo da carga tributária de empresas do ramo de papel e celulose no Brasil, através das informações da DVA.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A DVA – Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração contábil muito importante tanto para as entidades quanto para a sociedade, pois se trata-se de um instrumento informativo da riqueza gerada por uma organização e como a mesma foi distribuída, ou seja, a contribuição sócio – econômico de uma entidade, além de auxiliar a demonstrar a contribuição de uma empresa para o PIB – Produto Interno Bruto.

Essa pesquisa incentiva o aprimoramento de conhecimento na área de Contabilidade, por tratar-se de um assunto que pode ser utilizado como ferramenta de análise econômica e contábil de uma entidade, além disso, torna-se importante para o meio acadêmico aumentando as fontes de pesquisa para maior entendimento do assunto voltada para a área tributária.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto à Contabilidade. Desde o início dessa ciência o homem se preocupava com variação de sua riqueza.

O surgimento da Análise das Demonstrações Contábeis de forma mais sólida aconteceu no final do século XIX, onde os banqueiros americanos passaram a solicitar as demonstrações às empresas que desejavam contrair empréstimos. Com o passar do tempo, houve ainda mais crescimento na exigência de variadas demonstrações que foram surgindo com a expansão da Contabilidade, tornando-se a Análise das Demonstrações Contábeis um instrumento de grande importância e utilidade para tomada de decisões.

De acordo com as regras contábeis, as demonstrações suscetíveis à análise são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Neste capítulo, será abordado de uma forma sintética, a Demonstração do Valor Adicionado e sua importância em aspectos gerais de abrangência.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A DVA apresenta-se como um meio de informação, capaz demonstrar os aspectos contábeis, sociais e econômicos de uma empresa, trazendo inovação para os demonstrativos contábeis. A Lei 11.638/07 introduziu para todas as companhias abertas a obrigação da elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado.

Segundo Marion (2009, p. 57) “A Demonstração do Valor Adicionado evidenciará os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento”.

Nota-se com a descrição de Marion, que a DVA demonstra a distribuição da riqueza tanto no âmbito econômico quanto social.

Com conceito semelhante Ribeiro (2009, p. 409) descreve a DVA como sendo:

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionará de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) bem como a parcela da riqueza não distribuída. (RIBEIRO, 2009, pg. 409)

Percebe-se assim, a utilidade desse demonstrativo para verificação da riqueza distribuída entre os principais fatores envolvidos no processo de produção de uma entidade e a forma de sua distribuição.

De forma resumida Blatt (2001, p. 153) diz que a DVA “tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criado pela empresa e a forma de sua distribuição.”

De Luca (1998, p.28) reforça a importância da DVA:

“A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.” (DE LUCA, 1998, p. 28).

Estabelecendo um paralelo com o conceito do valor adicionado, utilizando o segmento econômico Kroetz (2000 p. 42), comenta “Por meio da DVA é possível perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com que ela se relaciona constitui-se no Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização”.

O Balanço Social é disponibilizado pela contabilidade como um instrumento de demonstração entre a empresa e a sociedade, colocado a disposição para verificação dessa relação. A DVA é uma demonstração contábil que faz parte do Balanço Social, sendo de muita importância por ter informações que se analisadas individualmente são conclusivas e muito úteis. Os indicadores retirados dessa demonstração compõem-se em excelentes avaliadores de distribuição de riqueza disponível para a contabilidade. Santos destaca essa informação:

A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais eficaz criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição de riqueza de uma entidade. (SANTOS, 1999, p. 98)

Conceituando a relevância do Balanço Social Tinoco (2001) informa que o Balanço Social é instrumento de gestão e informação que tem por objetivo mostrar, da forma mais transparente, informações econômicas e, principalmente sociais, relativas ao desempenho das entidades, para todos os seus usuários, inclusive seus funcionários.

De uma forma voltada para a legislação, a Comissão de Valores Imobiliários – CVM, em nota explicativa a instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, em seu item 5 – Novas Demonstrações - subitem 5.1 – Demonstração do Valor Adicionado, ressalta que:

A DVA foi inserida pela Lei nº 11.638, de 2007, no conjunto de demonstrações financeiras que as companhias abertas devem apresentar ao final de cada exercício social, estando, portanto, sujeita a todas as regras de aprovação, de divulgação e auditoria aplicáveis às demais demonstrações. Convém ainda ressaltar que, embora ainda não seja exigida nas normas internacionais, a CVM não vê qualquer conflito com estas, posto que a DVA, além de ser uma informação adicional, agrega bastante qualidade ao conjunto básico de demonstrações exigidas pelo IASB.

As companhias de capital aberto, a partir de 2008, estão obrigadas a apresentação dessa demonstração. Apesar de apenas essas companhias estarem obrigadas, nada impede que outra sociedade que não tenha essa característica, elabore essa demonstração para análise da distribuição da riqueza gerada por essa entidade.

Freire e Rebouças (2001, p. 105) “A DVA pode ser um importante componente contábil do Balanço Social, mas apresenta informações que estão muito além daquelas que seriam necessárias para seu reconhecimento como Balanço Social”.

A partir deste contexto, Cunha (2002, p. 44) destaca:

A Demonstração do Valor Adicionado representa um novo rumo em relação com as Demonstrações Contábeis tradicionais, pois enquanto estas tem como foco principal de preocupação a evidenciação das informações sobre o lucro e sua forma de apuração, para os investidores aquela mostra, além dos lucros dos investidores, a quem pertence à outra parte da riqueza gerada pela empresa, refletindo, ainda, uma preocupação empresarial que é nova, e baseada na responsabilidade social, a remuneração dos fatores de produção que ajudaram a formar a riqueza da organização. (CUNHA, 2002, p. 44)

De acordo com Neto (2010), a DVA é a demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. Representa o quanto a entidade contribui para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A base para elaboração é a DRE, sendo, portanto, utilizados os dados fornecidos pela contabilidade.

Destacando a importância da Demonstração do Resultado do Exercício para a elaboração da DVA, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, pg. 290) comentam “A Demonstração do Resultado do Exercício é a representação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do exercício”.

A DVA é um instrumento enriquecedor e inovador da análise financeira, pois traz maior detalhamento sobre a distribuição dos recursos obtidos pela empresa, não deve ser confundida com a DRE, pois esta tem como objetivo principal avaliar qual foi o resultado gerado e como foi gerado, sendo utilizadas suas informações para a elaboração da DVA.

2.3 ESTRUTURA DA DVA

O CPC 09 descreve detalhadamente a estrutura dessa demonstração. Baseado nessa descrição a Demonstração do Valor Adicionado estrutura-se da seguinte maneira:

2.3.1 Formação da riqueza

2.3.1.1 Riqueza criada pela própria entidade

A DVA, em sua primeira parte, apresenta de forma detalhada a riqueza criada pela entidade e seus principais componentes.

2.3.1.2 Receitas com venda de mercadorias, produtos e serviços

Corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, como o ICMS, IPI, PIS e COFINS, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cálculo dessas receitas.

2.3.1.3 Outras receitas

Outras receitas que constam no DRE, da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.

2.3.1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

2.3.2 Insumos adquiridos de terceiros

2.3.2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos

São os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.

2.3.2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros

Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros.

2.3.2.3 Perda e recuperação de valores ativos

Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser considerados os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos.

2.3.2.4 Depreciação, amortização e exaustão

Considera-se a despesa ou o custo contabilizado no período.

2.3.3 Valor adicionado recebido em transferência

2.3.3.1 Resultado de equivalência patrimonial

O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.

2.3.3.2 Receitas financeiras

Incluem todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.

2.3.3.3 Outras receitas

Incluem os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

2.3.4 Distribuição da riqueza

A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

2.3.4.1 Pessoal

Valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de:

2.3.4.2 Remuneração direta

Representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados.

2.3.4.3 Benefícios

Representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria.

2.3.4.4 FGTS

Representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

2.3.5 Impostos, taxas e contribuições

São os valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

2.3.5.1 Federais

Inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.

2.3.5.2 Estaduais

Incluem os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.

2.3.5.3 Municipais

Incluem os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

2.3.6 Remuneração de capitais de terceiros

Valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

2.3.6.1 Juros

Incluem as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

2.3.6.2 Aluguéis

Incluem os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

2.3.6.3 Outras

Abrange outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.

2.3.7 Remuneração de capitais próprios

Valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

2.3.7.1 Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos

Compreende todos os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

2.3.7.2 Lucros retidos e prejuízos do exercício

Incluem os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

2.3.7.3 As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP

Independentemente de serem registrados como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

A partir desses conceitos, percebe-se que a Demonstração do Valor Adicionado tem como objetivo informar o valor da riqueza criada e o valor e a natureza dos custos agregados pela empresa ao valor dos insumos adquiridos e para quem foi destinada essa riqueza criada. Sendo assim, a DVA evidenciará a riqueza gerada por uma entidade e sua distribuição.

No QUADRO 1, pode-se verificar o modelo para empresas em geral, baseado nas descrições da estrutura da DVA citadas:

QUADRO 1 – MODELO DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		

8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

FONTE – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 09

Nessa estrutura, subtraem-se da Receita Operacional, os custos dos recursos adquiridos de terceiros, como aquisição de matéria-prima, mercadorias, embalagens, energia elétrica e terceirização da produção, utilizados no processo operacional. O valor do resultado obtido nessa subtração denomina-se Valor Adicionado Bruto.

A Depreciação, a Amortização e a Exaustão, são importantes, pois refletem a redução do Imobilizado e do Intangível e atingem elementos como máquinas, instalações, veículos, marcas e patentes, registrando a perda de eficiência funcional desses ativos. Embora, não sejam desembolsáveis, futuramente elas o serão, na reposição dos bens ativos, reduzindo a riqueza gerada pela empresa. Assim, deverão ser subtraídas do Valor Adicionado Bruto, o que resultará no valor Adicionado Líquido. Nesse valor, podem ser incluídos outros acréscimos e reduções, tais como Receitas Financeiras, Receita de Equivalência Patrimonial, Despesas Não Operacionais, resultando no Valor Adicionado.

Após apurado o Valor Adicionado, também denominado Valor Adicionado

Total a Distribuir, demonstra-se a contribuição da empresa para os vários segmentos da sociedade, evidenciando quanto coube para os funcionários, empregados, os acionistas e donos da empresa, os financiadores de recursos, o governo (na forma de arrecadação de tributos), outros e para reinvestimento. Distribuídos os recursos gerados pela empresa, é possível analisar essa distribuição, evidenciando sua contribuição à sociedade em geral, por meio dos tributos arrecadados, à remuneração do capital de terceiros, aos acionistas, à comunidade local, etc. (MARION, REIS, 2003, p. 70)

2.4 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO

Os valores pagos ao governo pelas empresas através de impostos, taxas e contribuições representam de alguma forma a “remuneração” do governo. O governo recebe a renda e a destina para a sociedade através da infraestrutura política, social e econômica que ele oferece.

Os impostos ligados à produção e importação (impostos indiretos) são pagamentos obrigatórios que incidem sobre a produção, venda, importação, exportação de bens e serviços ou a simples utilização de fatores de produção. Estes impostos são devidos independentemente dos resultados da empresa. Incluem-se entre estes impostos: ICMS, IPI, ISS, impostos de importação, impostos sobre folha de pagamento, impostos sobre operações financeiras e outros impostos e taxas. São também considerados impostos indiretos as respectivas multas.

Os impostos sobre a renda e a propriedade compreendem todos os pagamentos obrigatórios que incidem sobre a renda e o patrimônio dos agentes econômicos (impostos diretos). Entre eles incluem-se o imposto sobre a renda, o imposto predial e o territorial urbano, imposto territorial rural e outros. São adicionados a esses impostos e considerados como tal, as multas, correção monetária e juros de mora. São diminuídas as isenções, abatimentos e devoluções por cobrança indevida. (DE LUCA, 2009, p. 71).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Os objetivos podem ser enquadrados em pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa. No estudo a ser elaborado, a utilização será das pesquisas exploratória e descritiva.

3.1.1 DESCRITIVA

Silva (2003) destaca que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. A coleta de dados desse tipo de pesquisa possui técnicas padronizadas, como o questionário e a observação sistemática.

Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62) afirmam que a

Pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinado fenômeno ou população, correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem, no entanto, manipulá-los. Implica observação, registro e análise do objeto que está sendo estudado. (MARION, 2002, p. 62).

Os objetivos descritivos mostram características de determinado assunto e suas relações como um todo, como explica Gil (1999) *apud* Beuren *et al.* (2010, p. 80)

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

3.1.2 EXPLORATÓRIA

De acordo com Silva (2003, p. 65), pesquisa exploratória “É realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torna-lo mais explícito ou para construir hipóteses”.

Segundo Beuren *et al.* (2010, p. 80) esse conceito define-se:

A caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torna-lo mais claro ou construir questões importantes para a condição de pesquisa. (BEUREN, 2010, pg. 80).

A pesquisa exploratória permite maior conhecimento sobre o assunto desejado, para maior compreensão do estudo.

Marion, Dias e Traldi (2002), descrevem o estudo exploratório sendo aquele desenvolvido quando se tem pouco conhecimento a respeito de determinado assunto ou aspectos dele e, geralmente, pressupõe uma fase de trabalho de campo.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Quanto à abordagem do problema destaca-se a pesquisa qualitativa.

Richardson (1999, p. 80) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Beuren (2010, p. 92) menciona que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar, características não observadas por meio de um estudo qualitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS

A maneira pela qual se conduz os estudos é seguida de acordo com os procedimentos utilizados, destacando nesse projeto o bibliográfico e documental.

3.3.1 BIBLIOGRÁFICO

De acordo com Silva (2003), o procedimento bibliográfico explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc. Podem ocorrer pesquisas exclusivamente com base em fontes bibliográficas.

Na definição de Cervo e Bervian (1983, p. 55) pesquisa bibliográfica é aquela que

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO, 1983, p. 55).

Enquanto Gil (1999) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros estudos exigirem trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

3.3.2 DOCUMENTAL

A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, relata Beuren *et al* (2010).

Segundo Silva e Grigolo (2002) *apud* Beuren (2010), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Ribeiro (2003 p. 61) afirma que a “a pesquisa documental tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana”.

3.4 UNIVERSO A SER PESQUISADO

Foram selecionadas as cinco maiores empresas no setor de atuação de celulose e papel, com o maior Patrimônio Líquido no ano de 2017, conforme segue:

QUADRO 2: EMPRESAS SELECIONADAS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

Empresas	Patrimônio Líquido (R\$) Milhões
FIBRIA CELULOSE S. A	14.649,90
SUZANO PAPEL E CELULOSE S. A	12.466,30
KLABIN S. A	7.234,20
ELDORADO PAPEL E CELULOSE	2.223,40
CIA MELHORAMENTOS SÃO PAULO	932,9

FONTE: site www.ecoinfo.com.br – Demonstrações Financeiras

3.5 COLETA, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Foram coletados dados da Demonstração do Valor Adicionado de cinco empresas que atuam no ramo de celulose e papel, com o maior Patrimônio Líquido, considerando como base o exercício de 2017. Após levantamento das demonstrações e percentuais dos impostos, houve a análise para enfim chegar à conclusão e resolução do problema proposto. A apresentação dos dados foi feita através gráficos e tabelas.

4. ANÁLISE E COLETA DE DADOS

4.1 DESCRIÇÃO DO DADOS

A Demonstração do Valor Adicionado das Companhias escolhidas para o estudo foram do período de 2015 a 2017. Seguem as demonstrações de cada companhia mencionada com os períodos pesquisados para análise e desenvolvimento dos resultados.

Este capítulo foi desenvolvido com o objetivo de analisar os percentuais da carga tributária de informações extraídas da Demonstração do Valor Adicionado das 5 maiores empresas enquadradas no ramo de celulose e papel, com o maior Patrimônio Líquido.

Serão demonstrados todos os resultados percentuais extraídos da DVA e suas respectivas análises, seguindo os objetivos específicos, para enfim solucionar o problema proposto no início da pesquisa.

Primeiramente houve o levantamento do problema, logo após traçado os objetivos para solucioná-lo. A pesquisa iniciou-se com o levantamento do referencial teórico do assunto em foco: a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A metodologia aplicada para desenvolvimento desta pesquisa está descrita no capítulo anterior, procedimentos metodológicos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS PARA ESTUDO

Com intuito de alcançar os objetivos abordados, foram selecionadas as cinco maiores empresas no segmento de celulose papel, utilizando como o critério o valor total do Patrimônio Líquido em ordem decrescente, com base no último exercício encerrado.

A escolha do ramo de celulose e papel foi motivada pela preocupação dessa atividade em relação ao meio ambiente, a fim de evitar impactos ambientais e sociais. Com o crescimento da consciência social das entidades, a contabilidade cresce nesse sentido para atender, além das necessidades econômicas e financeiras, aquelas no âmbito ambiental e social, sendo um dos seus instrumentos o Balanço social que tem como ferramenta a Demonstração do Valor Adicionado .

a) Cia Melhoramentos São Paulo

A Companhia Melhoramentos de São Paulo tem por objeto o mercado editorial e comercial de livros para atender aos mercados interno e externo, a industrialização e comercialização de fibras de alto rendimento, a gestão de florestas plantadas, atividades imobiliárias e outras correlatas, que independam de autorização governamental específica. Fundada em 1890, a Cia Melhoramento de São Paulo vem se dedicando desde então a fazer produtos e atividades para gerar mais qualidade de vida. Seus negócios englobam editora, livraria, celulose e desenvolvimento urbano, com responsabilidade social e ambiental. Possui uma gestão ecologicamente correta, explora atividades de reflorestamento das espécies pinus e eucaliptus.

Atualmente a Melhoramentos Florestal Ltda opera o manejo silvicultural das plantações de eucaliptos em Caieiras e Bragança Paulista, situadas as São Paulo.

www.melhoramentos.com.br

b) Eldorado Papel e Celulose S.A

A Eldorado Papel e Celulose S.A destaca-se por ter uma das maiores e mais modernas fábricas de celulose do mundo, competitiva por seu novo modelo de negócios: da base florestal altamente produtiva à logística inovadora. É uma empresa brasileira, com atuação global, que leva a celulose nacional de alta qualidade para todo o mundo. Seu complexo industrial e áreas de plantio estão localizadas no Mato Grosso do Sul e está operando em ritmo de 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano. Também mantém escritórios próprios nas principais regiões consumidoras de seu produto, como em Xangai (China), Viena (Áustria) e Connecticut (Estados Unidos), garantindo seu diferencial de atender de maneira personalizada e direta a cada cliente.

A companhia já construiu caminhos de valores, com base em seus pilares de competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas.

www.eldoradobrasil.com.br

c) Fibria Celulose S.A

A Fibria Celulose S.A é uma empresa brasileira de base florestal e maior produtora mundial de celulose de eucalipto. O início de suas atividades foi em 1967, no Espírito Santo, com os primeiros plantios de Eucalipto. Atualmente destaca-se como uma empresa com forte presença no mercado global de produtos florestais. Possui mais de 18.300 empregados próprios e terceiros permanentes, em cinco países. A Fibria possui capacidade produtiva de 7,25 milhões de toneladas anuais de celulose. Suas fábricas estão localizadas em Aracruz (ES), Jacareí (SP), Três Lagoas (MS) e Eunápolis (BA). A celulose produzida é exportada para 35 países e suas atividades florestais são baseadas e plantios renováveis.

www.fibria.com.br.

d) Klabin S.A

A Klabin S.A é a maior produtora, exportadora de papéis no Brasil, considerada líder nos mercados de papéis e cartões para embalagem, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, além de comercializar madeira em toras. É também a única do país a fornecer simultaneamente ao mercado celulose de fibra curta (eucalipto), celulose de fibra longa (pínus) e celulose fluff. A empresa brasileira, fundada em 1899, possui atualmente 18 unidades industriais (17 no Brasil, em oito estados, e uma na Argentina). A Klabin também conta com escritórios comerciais em oito estados brasileiros, uma filial nos Estados Unidos, um novo escritório na Áustria, além de representantes e agentes comerciais em vários países.

www.klabin.com.br

e) Suzano Papel e Celulose S.A.

A Suzano Papel e Celulose S.A é uma empresa com 94 anos de existência e trajetória marcada pela busca constante do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são voltadas para o ramo de celulose de eucalipto comercializada em 31 países, e papel vendidos em mais 60 países. É a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e está entre as cinco maiores produtoras do mercado. Trabalham com o objetivo de fornecer produtos e serviços rentáveis e

socioambientalmente corretos a partir das florestas renováveis do Brasil. A sede administrativa localiza-se em São Paulo e sete unidades industriais: duas em Suzano (SP), Limeira (SP), Mucuri (BA), Imperatriz (MA), Belém (PA) e Fortaleza (CE). No exterior, mantem escritórios comerciais na China e subsidiárias nos Estados Unidos, Suíça, Inglaterra e Argentina. www.suzano.com.br

4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, os dados coletados e aplicados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos, em seguida será demonstrada a análise das informações para cumprir os objetivos propostos na pesquisa.

4.3.1 IMPOSTOS NA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

De acordo com Luca (1998, p. 40), os impostos devidos pela empresa ao governo federal, estadual e municipal são apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como remuneração ao apoio das instituições governamentais pela estrutura social, política e econômica que propiciam condições de operações da empresa. Dessa forma, o governo é visto como um membro participativo da criação da riqueza da empresa.

São exemplos de impostos incluídos no item governo: impostos sobre vendas (ICMS, IPI, ISS), imposto predial e territorial urbano, imposto territorial rural, imposto sobre a renda, imposto sobre operações financeiras. A apresentação do valor dos impostos pode ainda obedecer à classificação Federal, Estadual e Municipal. Caso a empresa realize operações em outros países, o valor dos impostos e taxas pagos a esses países deve ser evidenciado separadamente dos impostos pagos ao governo nacional.

As informações proporcionadas pela Demonstração do Valor Adicionado, possibilita que se visualize em um único item, todos os encargos com impostos, taxas e contribuições suportados pela empresa.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS SELECIONADAS

Os demonstrativos das empresas selecionadas para o estudo foram retirados do site www.ecoinfo.com.br.

QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CIA MELHORAMENTO SÃO PAULO

	2017	2016	2015
Receitas	179.970	606.451	151.574
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	165.873	557.847	130.434
Outras Receitas	14.200	49.049	24.222
Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa	-103	-445	-3.082
Insumos adquiridos de terceiros	-103.430	-245.394	-139.603
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	-42.801	-46.162	-42.141
Material, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	-60.629	-112.562	-97.462
Outros	0	-86.670	0
Provisão Contingências Fiscais		-83.678	
Provisão Contingências Trabalhistas e Previdenciárias		-2.992	
Valor Adicionado Bruto	76.540	361.057	11.971
Retenções	-14.233	-14.074	-13.575
Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.233	-14.074	-13.575
Valor Adicionado Líquido	62.307	346.983	-1.604
Valor Adicionado Recebido em Transferência	68.931	20.722	11.191
Resultado de Equivalência Patrimonial	415	4.219	5.995
Receitas Financeiras	41.614	16.503	5.196
Outros	26.902		
Valor adicionado total a distribuir	131.238	367.705	9.587
Distribuição do Valor Adicionado	131.238	367.705	9.587
Pessoal	42.768	40.506	39.661
Remuneração Direta	30.261	29.066	28.388
Benefícios	9.646	8.742	8.573
F.G.T.S	2.861	2.698	2.700
Impostos, Taxas e Contribuições	35.686	52.921	23.689
Federais	21.708	40.369	12.223
Estaduais	13.121	11.894	10.955
Municipais	857	658	511
Remuneração de Capitais de Terceiros	14.647	30.687	28.110
Juros	9.680	26.324	24.543
Aluguéis	4.967	4.363	3.567
Remuneração de Capitais Próprios	38.137	243.591	-81.873
Dividendos	18.459	44.298	
Lucros Retidos/ Prejuízo do Período	19.678	199.293	-81.873

FONTE: site www.ecoinfo.com.br – Demonstrações Financeiras

QUADRO 4 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ELDORADO PAPEL E CELULOSE

	2017	2016	2015
Receitas	3.753,60	3.168,50	3.464,20
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.384,50	2.996,10	3.272,90
Outras Receitas	360,3	153,4	63,6
Outras deduções de vendas	8,80	19,00	127,70
Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa			
Insumos adquiridos de terceiros	-1.142,20	-1.218,30	-929,00
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	-1.142,20	-1.218,30	-929,00
Material, Energia, Serviços de Terceiros e Outros			
Perda/Recuperação de Valores Ativos			
Valor Adicionado Bruto	2.611,40	1.950,20	2.535,20
Retenções	-431,70	-256,90	-231,60
Depreciação, Amortização e Exaustão	-431,70	-256,90	-231,60
Outras			
Valor Adicionado Líquido	2.179,70	1.693,30	2.303,60
Valor Adicionado Recebido em Transferência	39,80	98,20	51,20
Receitas Financeiras	39,80	98,20	51,20
Outros			0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Valor adicionado total a distribuir	2.219,50	1.791,50	2.354,80
Distribuição do Valor Adicionado	2.219,50	1.791,50	2.354,80
Pessoal	338,4	504,7	785,8
Remuneração Direta	209,3	285,8	614,5
Benefícios	108,8	194,1	150,8
F.G.T.S	20,3	24,8	20,5
Impostos, Taxas e Contribuições	207,7	-105	-142,9
Federais	344	68,2	49
Estaduais	-137,3	-173,90	-192,2
Municipais	1	0,7	0,3
Remuneração de Capitais de Terceiros	960	1103,4	1431,3
Juros	864	773,80	1.450,40
Aluguéis	104,4	89,6	78,7
Outras	-8,4	240	-97,8
Remuneração de Capitais Próprios	713,4	288,4	280,6
Lucros Retidos/ Prejuízo do Período	713,4	288,40	280,6
Part. Não controladores nos Lucros Retidos			

FONTE: site www.ecoinfo.com.br – Demonstrações Financeiras

QUADRO 5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FIBRIA CELULOSE S.A

	2017	2016	2015
Receitas	15.198,30	12.528,60	12.002,70
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.006,20	9.838,80	10.281,90
Outras Receitas	0,1		
Receitas referente à construção de Ativos Próprios	3.191,70	2.689,30	1.719,20
Provisão/Reversão de Créditos. Liquidação Duvidosa	0,3	0,5	1,6
Insumos adquiridos de terceiros	-9.096,80	-7.780,90	-5.352,90
Custos Produtos, Mercadorias, e Serviços Vendidos	-8.449,50	-7.201,30	-4.819,70
Material, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	-647,4	-579,7	-533,2
Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,1	0,1	
Valor Adicionado Bruto	6.101,50	4.747,70	6.649,80
Retenções	-2.205,00	-1.983,40	-1.892,20
Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.149,30	-1.922,70	-1.827,10
Outras	-55,7	-60,7	-65,1
Valor Adicionado Líquido	3.896,50	2.764,30	4.757,60
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.250,00	4.350,40	2.904,20
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,1	-0,8	0,3
Receitas Financeiras	2.249,90	4.351,20	1.701,70
Outros			1.202,20
Imposto de renda e contribuição social diferidos			1.202,20
Valor adicionado total a distribuir	6.146,50	7.114,70	7.661,80
Distribuição do Valor Adicionado	6.146,50	7.114,70	7.661,80
Pessoal	880,5	753	727,6
Remuneração Direta	655,7	563,4	565,2
Benefícios	185,7	156,6	133,6
F.G.T.S	39,1	33	28,8
Impostos, Taxas e Contribuições	952,5	1798,4	1051,4
Federais	750,8	1.634,20	899,7
Estaduais	155,1	123,4	115,7
Municipais	46,6	40,8	36
Remuneração de Capitais de Terceiros	3220,1	2899,7	5525,8
Juros	3220,1	2.899,70	5.525,80
Aluguéis			
Remuneração de Capitais Próprios	1093,4	1663,6	357
Juros sobre Capital Próprio			
Dividendos	257,8	393	81,3
Lucros Retidos/ Prejuízo do Período	827,5	1.261,80	260,9
Part. Não controladores nos Lucros Retidos	8,1	8,8	14,8

FONTE: site www.ecoinfo.com.br – Demonstrações Financeiras

QUADRO 6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO KLABIN S.A

	2017	2016	2015
Receitas	10.784,80	8.965,30	7.520,30
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.912,70	8.423,60	6.962,60
Outras Receitas	872,1	541,7	557,7
Variação Valor Justo Ativo Biológicos	789,7	532,9	536,1
Outros	81,40	12,10	14,30
Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa	1	-3,3	7,3
Insumos adquiridos de terceiros	-5.207,40	-4.298,50	-3.487,00
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	-3.642,70	-3.018,70	-2.439,50
Material, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	-1.564,70	-1.279,80	-1.047,50
Valor Adicionado Bruto	5.577,40	4.666,80	4.033,30
Retenções	-1.940,50	-1.423,10	-998,70
Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.940,50	-1.423,10	-998,70
Valor Adicionado Líquido	3.636,90	3.243,70	3.034,60
Valor Adicionado Recebido em Transferência	848,70	767,20	1.004,80
Resultado de Equivalência Patrimonial	13,6	49,3	29,6
Receitas Financeiras	835,10	717,90	975,20
Valor adicionado total a distribuir	4.485,70	4.011,00	4.039,30
Distribuição do Valor Adicionado	4.485,70	4.011,00	4.039,30
Pessoal	1373,3	1249,8	927,3
Remuneração Direta	987,5	922,5	692,4
Benefícios	305,4	256,2	180
F.G.T.S	80,4	71,1	54,9
Impostos, Taxas e Contribuições	1031,8	1378,1	-49,6
Federais	861,1	1.220,40	-199
Estaduais	160,8	144	138,9
Municipais	9,9	13,7	10,5
Remuneração de Capitais de Terceiros	1548,5	-1098,9	4414,8
Juros	1.548,50	-1.098,90	4.414,80
Aluguéis			
Remuneração de Capitais Próprios	532,1	2482	-1253,2
Juros sobre Capital Próprio			
Dividendos	401,9	512,4	332,1
Lucros Retidos/ Prejuízo do Período	130,2	1.969,60	-1585,3
Part. Não controladores nos Lucros Retidos			

FONTE: site www.ecoinfo.com.br – Demonstrações Financeiras

QUADRO 7 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A

	2017	2016	2015
Receitas	12.560,70	10.479,30	11.578,20
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.635,80	10.969,90	11.195,30
Outras Receitas	245	-999,4	48,9
Receitas refs. À construção de Ativos Próprios	719,80	518,30	355,40
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39,9	-9,5	-21,4
Insumos adquiridos de terceiros	-6.328,10	-6.473,70	-6.181,20
Custos Prods., Mercs. E Servs. Vendidos	-4.080,60	-4.098,60	-4.235,30
Material, Energia, Servs. De Terceiros e Outros	-2.247,50	-2.375,10	-1.945,90
Valor Adicionado Bruto	6.232,60	4.005,60	5.397,00
Retenções	-1.402,80	-1.403,50	-1.419,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.402,80	-1.403,50	-1.419,50
Valor Adicionado Líquido	4.829,80	2.602,10	3.977,50
Valor Adicionado Recebido em Transferência	814,60	816,30	1.258,70
Resultado de Equivalência Patrimonial	5,9	-7,1	
Receitas Financeiras	808,70	823,40	1.258,70
Valor adicionado total a distribuir	5.644,30	3.418,40	5.236,20
Distribuição do Valor Adicionado	5.644,30	3.418,40	5.236,20
Pessoal	1123	984,7	957,9
Remuneração Direta	910,2	792,7	780,6
Benefícios	171,6	153,6	137,6
F.G.T.S	41,2	38,4	39,7
Impostos, Taxas e Contribuições	802,5	945	-561,4
Federais	702,9	1.068,80	-393,6
Estaduais	94,5	-128,9	-172,5
Municipais	5,1	5,1	4,7
Remuneração de Capitais de Terceiros	1911,4	-203,3	5765,1
Juros	1827,5	-277,70	5.687,20
Aluguéis	83,9	74,4	77,9
Remuneração de Capitais Próprios	1807,4	1692	-925,4
Juros sobre Capital Próprio			
Dividendos	380,5	370,8	
Lucros Retidos/ Prejuízo do Período	1.426,90	1.321,20	-925,4
Part. Não controladores nos Lucros Retidos			

FONTE: site www.ecoinfo.com.br – Demonstrações Financeiras

4.5 PERCENTUAL DA CARGA TRIBUTÁRIA ATRAVÉS DE ÍNDICE DVA

Segundo Neves e Viceconti (2002, p. 437), a análise consiste no “método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação”, ou seja, é uma forma de estudar as demonstrações de maneira que se possam interpretar os dados apresentados, procurando decompor os demonstrativos para que se tenham informações mais analíticas.

Matarazzo (1998, p. 153) afirma que, “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

4.4.1 ÍNDICE DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DESTINADO AO GOVERNO

Os indicadores de distribuição de riqueza evidenciam como e a quem a empresa está destinando a riqueza criada.

Obtém-se uma comparação da DVA com ela mesma. Entretanto, esses indicadores possibilitam comparações com a realidade de outras empresas, traduzindo para o analista a conformidade da distribuição da riqueza da empresa em relação aos mesmos indicadores de outras entidades. (DE LUCA *et al* 2009, p. 133)

Através do índice Participação do Governo no Valor Adicionado podemos demonstrar quanto de riqueza foi destinado e também verificar o percentual da carga tributária.

4.4.2 PRINCIPAIS TRIBUTOS DEMONSTRADOS NA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia a riqueza que foi gerada por uma entidade e quanto dessa riqueza foi destinada ao governo através dos impostos pagos ao governo.

Após o levantamento das DVA's das empresas selecionadas para o estudo, calculou-se quanto em percentuais foi distribuído para o governo Federal, Estadual e Municipal em relação ao valor adicionado, conforme tabelas:

a) Cia Melhoramentos São Paulo

Impostos, Taxas e Contribuições DVA	2017	2016	2015
Federais	17%	11%	127%
Estaduais	10%	3%	114%
Municipais	1%	0,18%	5%

FONTE: O autor (2018)

Na empresa Cia Melhoramentos São Paulo, os percentuais de impostos federais foram os mais elevados. Em 2015 a contribuição para União ultrapassou 27% do valor adicionado gerado a distribuir entre todos os elementos da DVA. Esse percentual se explica devido ao prejuízo do período de R\$ 81.873,00 que no resultado absorveu os totais gerados e evidenciou um valor adicionado a distribuir menor.

Quanto aos impostos estaduais, o ano que apresentou o maior percentual em relação ao valor adicionado distribuído foi 2015. Ultrapassou 14% do valor adicionado distribuído, pois a empresa obteve prejuízo que gerou esse resultado demonstrado.

Em 2015 também houve a maior distribuição para a esfera municipal. 5% do valor adicionado foi distribuído para o município.

b) Eldorado Celulose e Papel S.A

Impostos, Taxas e Contribuições DVA	2017	2016	2015
Federais	15%	4%	2%
Estaduais	-6%	-10%	-8%
Municipais	0,05%	0,04%	0,01%

FONTE: O autor (2018)

A empresa Eldorado Celulose e Papel S.A aumentou a carga tributária federal de 2015 até 2017 de 2% para 15%, pois houve um crescimento nas receitas e nos lucros nos três anos.

Os impostos estaduais representaram percentuais negativos, de acordo com os dados extraídos da DVA. Em 2015 foi de - R\$ 192.200,00, 2016 de - R\$ 173.900,00 e 2017 de R\$ 137.300,00. Houve mais recuperação de impostos

estaduais já pagos nas aquisições da atividade do que contribuição para o governo sobre o faturamento.

Quanto a carga tributária municipal, nos três anos ficou abaixo de 1% em relação ao valor adicionado.

c) Fibria S.A

Impostos, Taxas e Contribuições DVA	2017	2016	2015
Federais	12%	23%	12%
Estaduais	3%	2%	2%
Municipais	1%	1%	0,47%

FONTE: O autor (2018)

Na empresa Fibria S.A a maior distribuição do valor adicionado foi em 2016, para a esfera federal com o percentual de 23%. Em 2015 e 2017 a distribuição foi de 12%. A distribuição para impostos estaduais se manteve estável durante os três anos, com percentuais de distribuição entre 2% e 3%, assim como a esfera municipal com percentuais entre 0,47% e 1%.

A Fibria S.A foi a que demonstrou maior estabilidade em relação à carga tributária demonstrada na DVA. Durante os três anos não houve mudanças significativas nos valores apresentados, o que pode ser visto como algo positivo, como uma empresa que possui um bom controle contábil e consegue administrar bem a atividade desenvolvida.

d) Klabin S.A

Impostos, Taxas e Contribuições DVA	2017	2016	2015
Federais	19%	30%	-5%
Estaduais	4%	4%	3%
Municipais	0,22%	0,34%	0,26%

FONTE: O autor (2018)

De acordo com os percentuais extraídos da DVA da empresa Klabin S.A, o maior percentual de impostos recolhidos foi de 30% em 2016, destinados para a União através de contribuições federais. O percentual negativo de -5% dos impostos federais em 2015 ocorreu devido um prejuízo de R\$ -1.585.300,00. Dentre os impostos englobados entre os federais, encontram-se o IRPJ e CSLL calculados

sobre o lucro, que dessa forma impactaram nesse percentual negativo.

Os impostos estaduais permaneceram com percentuais estáveis nos três anos, de 3% a 4%, assim como os municipais que representam menos de 1% do valor adicionado distribuído pela empresa.

e) Suzano Papel e Celulose S.A

Impostos, Taxas e Contribuições DVA	2017	2016	2015
Federais	12%	31%	-8%
Estaduais	2%	-4%	-3%
Municipais	0,09%	0,15%	0,09%

FONTE: O autor (2018)

A empresa Suzano, Papel e Celulose S.A apresentou maior contribuição para a esfera federal em 2016 com um percentual de 31%. E 2015 o percentual ficou negativo devido ao prejuízo gerado no exercício. Em 2017 distribuiu 12% do da sua riqueza em forma de impostos, taxas e contribuições federais.

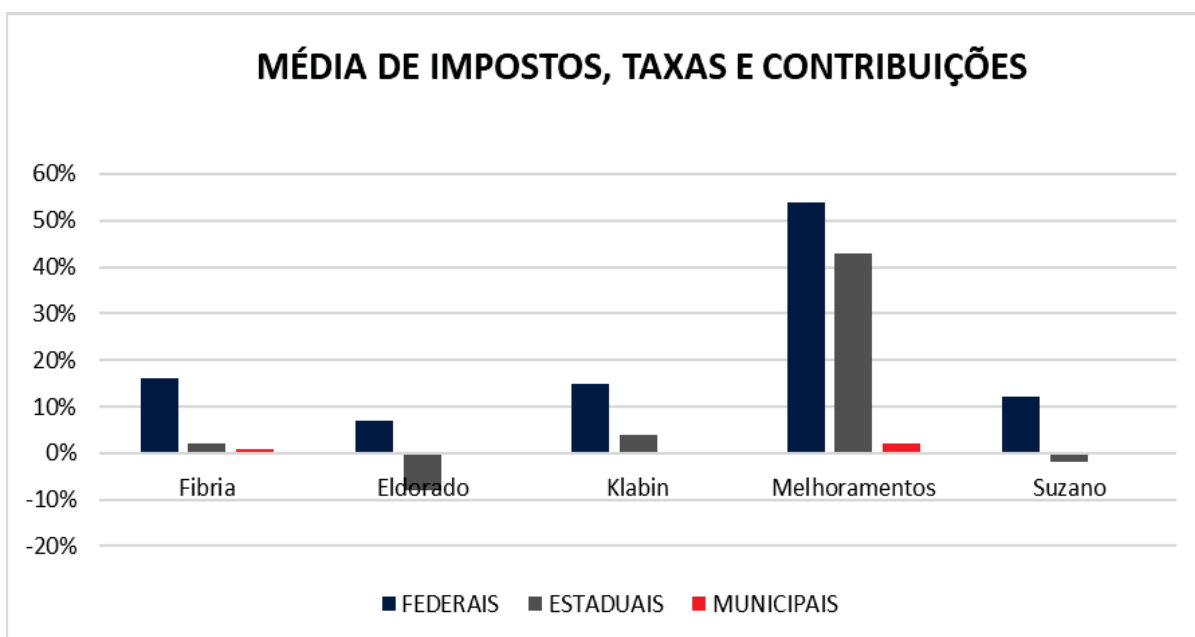
Na esfera estadual o maior percentual foi de 2% em 2017. Em 2015 e 2016 não foi distribuído riqueza direta, pois os valores apresentados forma negativos de -R\$ 172.500,00 e -R\$ 128.900, 00 respectivamente.

A contribuição para a esfera municipal apresentou uma parcela pequena da riqueza distribuída, menos de 1% nos três anos pesquisados.

4.4.3 GRÁFICO MÉDIA IMPOSTOS DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O seguinte gráfico apresenta as médias dos impostos Federais, Estaduais e Municipais dos anos de 2015, 2016 e 2017 das empresas objeto de estudo:

GRÁFICO 1 – MÉDIA DE IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO



FONTE: O autor (2018)

A partir dos dados apresentados, observa-se que a contribuição mais significativa da carga tributária de empresas produtoras de papel e celulose é a federal.

A média de impostos, taxas e contribuições federais foi de 16% para a Fibria S.A, 7% para Eldorado Celulose e Papel, 15% para Klabin S.A, 12% para Suzano, Papel e Celulose S.A e com 54% a Cia Melhoramentos São Paulo.

Entre os impostos e contribuições federais englobados estão IRPJ, CSLL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Os impostos estaduais inseridos nos valores apresentados são ICMS e IPVA. Para o município os impostos municipais foi o ISS e IPTU.

4.4.4 PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO VALOR ADICIONADO (PGVA)

Com o levantamento desse percentual, demonstra-se a contribuição da empresa à sociedade, através do pagamento dos impostos. Esse índice destaca o quanto a empresa participa na realização de obras do governo, feitas com a arrecadação fiscal.

O governo é visto como membro participativo da criação da riqueza da

empresa, impostos devidos pela empresa aos governos federal, estadual e municipal são classificados na Demonstração do Valor Adicionado como remuneração ao apoio das instituições governamentais pela estrutura social, política e econômica que propiciam condições operacionais da empresa no meio ambiente (MARION; REIS, 2010, p. 72).

Esse índice pode ser calculado da seguinte forma:

Índice	Fórmula
PGVA	Governo / Valor adicionado * 100

A partir desse índice e com os dados extraídos da Demonstração do Valor Adicionado das empresas selecionadas para o estudo, chegou-se aos seguintes percentuais de valor adicionado gerado e distribuído ao governo, através da contribuição de impostos e taxas:

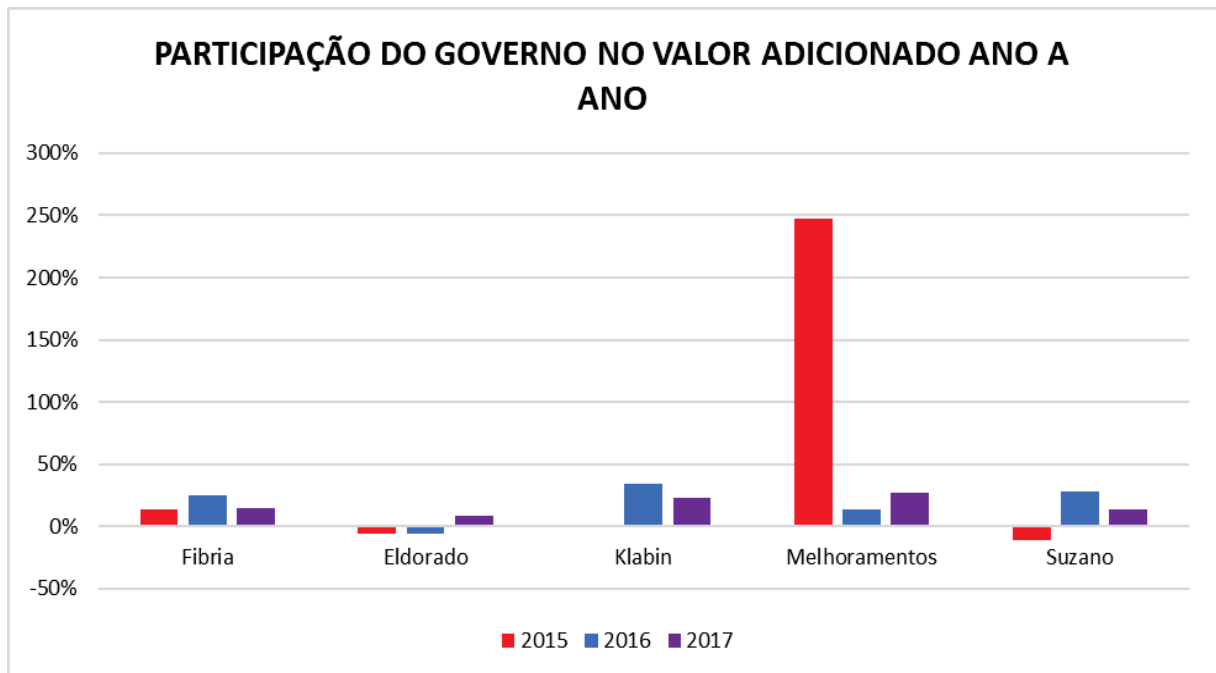
QUADRO 8 – TABELA PERCENTUAIS PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO VALOR ADICIONADO

Ano	Fibria	Eldorado	Klabin	Melhoramentos	Suzano	Média geral
2015	14%	-6%	-1%	247%	-11%	49%
2016	25%	-6%	34%	14%	28%	19%
2017	15%	9%	23%	27%	14%	18%
Média individual	18%	-1%	19%	96%	10%	28%

FONTE: O autor (2018)

A partir da demonstração dos dados da tabela anterior, segue o seguinte gráfico:

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO VALOR ADICIONADO ANO A ANO



FONTE: O autor (2018)

A empresa Fibria S.A gerou uma carga tributária equilibrada nos três anos. Em 2015 foi de 14%, aumentou para 25% em 2016 e houve redução para 15% em 2017.

A Eldorado Celulose e Papel S.A obteve índices negativos em 6%, nos anos de 2015 e 2016. Nesses anos os valores dos impostos Estaduais ficaram negativos na DVA, o que justifica esse percentual. Em 2017, 9% de sua riqueza foi para destinada ao governo.

A Klabin S.A não distribuiu para o governo riqueza no ano de 2015. Nesse ano os valores demonstrados na DVA são negativos e houve um prejuízo de R\$ 1.585.300,00. Em 2016, 34% da riqueza foi distribuída para o governo e em 2017 reduziu para 23%.

No ano de 2015 a Cia Melhoramentos São Paulo demonstrou um percentual de impostos em relação ao valor adicionado de 247%. O valor adicionado a distribuir nesse ano foi de R\$ 9.587,00 e o total distribuído para o governo foi se R\$ 23.689,00, dessa forma o governo consumiu 147% a mais da riqueza gerada pela empresa.

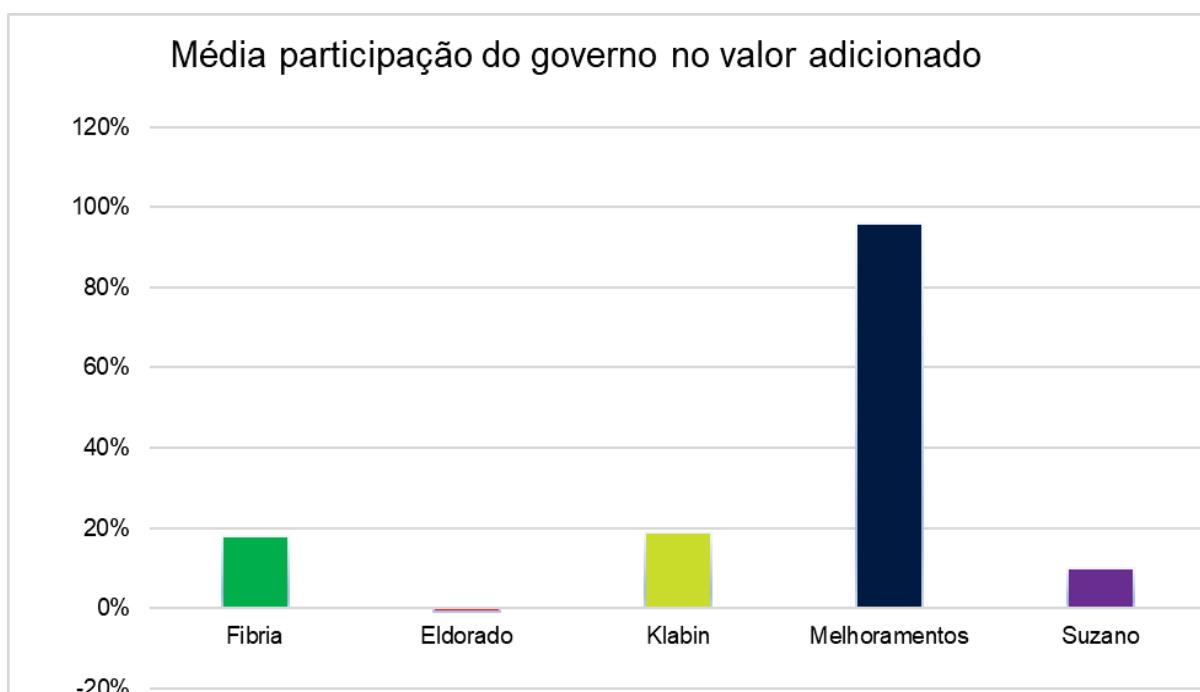
A empresa Suzano Papel e Celulose S.A apresentou na DVA valores de

impostos negativos no ano de 2015, o percentual em relação ao valor adicionado gerado foi de -11%. Em 2016 repassou para o governo 28% de sua riqueza e em 2017 14%.

4.4.5 MÉDIA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO VALOR ADICIONADO

Houve o levantamento das médias das 5 empresas selecionadas, para formar uma base para análise da participação do governo no valor adicionado, através de percentual.

GRÁFICO 3 – MÉDIA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO VALOR ADICIONADO



FONTE: O autor (2018)

Nos últimos três anos, a empresa Fibria S.A obteve uma média de 18% de distribuição do valor adicionado ao governo através de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais.

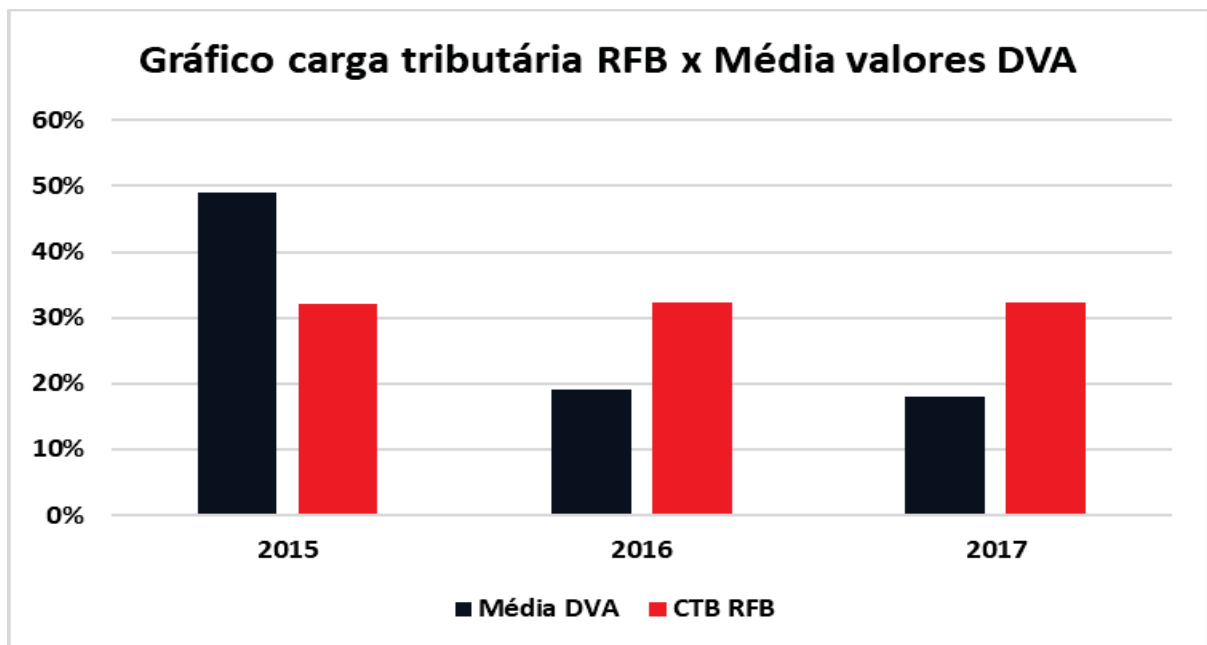
A empresa Eldorado Celulose e Papel S.A foi a que apresentou maior média de participação do governo no valor adicionado gerado nos anos de 2015 a 2017. O percentual foi de 96%. A Klabin S.A demonstrou uma média de 19%, semelhante à da Fibria S.A com 18%. A Suzano Papel e Celulose S.A evidenciou participação do governo em 10% nos três anos estudados. Já a Cia Melhoramentos SP gerou um percentual de 96% de acordo com a DVA.

A participação percentual da carga tributária (recursos destinados ao governo na forma de impostos, taxas e contribuições) no valor adicionado total, não sofreu tantas oscilações no período analisado entre as empresas. A que apresentou percentual mais elevado foi a Cia Melhoramentos SP devido ao fato de ter apresentado prejuízo no ano de 2015 que alterou significativamente esse índice. A de percentual menor foi a Eldorado Celulose e Papel S.A, pois na DVA apresentou valores negativos de impostos, o que gerou também um índice negativo.

4.6 COMPARATIVO CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA DO BRASIL E PERCENTUAIS DVA

Foi extraído de dados divulgados no site da Receita Federal e Tesouro Nacional, o percentual da carga tributária brasileira dos últimos três anos. A partir disso houve demonstrou-se um comparativo com a média dos valores extraídos da DVA.

GRÁFICO 4 – CARGA TRIBUTÁRIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL X MÉDIA VALORES DVA



FONTE: site Receita Federal e Tesouro Nacional

De acordo com os dados pesquisados no site da Receita Federal do Brasil e do Tesouro Nacional, a carga tributária brasileira foi de 32,11% em 2015, 32,38% em 2016 e aproximadamente 32,36% em 2017.

No ano de 2015 a média da carga tributária das empresas Fibria, Eldorado, Klabin, Melhoramentos e Suzano foi de 49%, 16% maior que a carga tributária nacional. Em 2016 e 2017 foi de 19% e 18% respectivamente, representando mais de 50% da carga tributária nacional.

Observa-se dessa forma, que as empresas que produzem papel e celulose no Brasil possuem alta carga tributária, assim como diversos outros ramos de atividade,

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da posição econômica e financeira das demonstrações contábeis de uma empresa possibilita que sejam tomadas decisões em vários âmbitos, como, por exemplo, relacionadas à liberação de créditos, fornecimentos de materiais e mercadorias, continuidade do negócio e investimento em ações de determinada companhia. (DE LUCA, 2009, p. 132).

O governo oferece, ou pelo menos deveria oferecer serviços públicos e infraestrutura sócio-econômica com os impostos arrecadados. No Brasil não acontece exatamente dessa forma, existem serviços públicos e infraestrutura, porém não é proporcional à arrecadação fiscal.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado é obrigatória para empresas com o capital aberto, porém algumas empresas optam por apresentar mesmo sem a obrigação, pois consideram um demonstrativo importante para divulgação de sua riqueza e como foi distribuída entre os elementos que contribuíram para a sua geração.

A pesquisa foi realizada em forma de comparação entre cinco empresas do ramo de celulose e papel. O parâmetro para coleta de dados foi o Patrimônio Líquido de cada uma, porém, a comparação entre elas se tornou injusta em alguns pontos: pelo porte de cada uma, sendo que a Fibria foi a com maior porte financeiro e de estrutura, e a Cia Melhoramento de São Paulo a de menor porte.

Através do percentual do valor adicionado distribuído pelas empresas ao governo é possível analisar a contribuição à sociedade em geral, por meio dos tributos arrecadados.

As informações contidas na DVA são relevantes para a entidade e para a sociedade, pois a Demonstração do Resultado do Exercício evidencia apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro e as outras demonstrações não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando e nem de que forma os valores adicionados foram distribuídos.

A DVA pode ser utilizada como fonte de informação pelos empregados, financiadores de recursos, administradores, governo, sócios ou acionistas, sociedade, sindicalistas, fornecedores e clientes.

O objetivo geral do trabalho apresentado consistiu em levantar os dados da Demonstração do Valor Adicionado para demonstrar a carga tributária das empresas do ramo de papel e celulose no Brasil. A partir desse contexto, os objetivos específicos propostos foram analisar os principais tributos que compõe a distribuição de riqueza para o governo, demonstrar o percentual da carga tributária das empresas e comparar essa carga tributária de empresas do ramo de atividade escolhido para o estudo, que foi o de papel e celulose.

Os tributos levantados entre as empresas Fibria, Eldorado, Klabin, Melhoramentos e Suzano são equivalentes. Todas possuem os mesmos tipos de impostos, taxas e contribuições detalhadas na DVA.

Quanto à carga tributária apresentada das empresas Fibria, Eldorado, Klabin, Melhoramentos e Suzano, pode-se concluir que esse ramo produtivo no Brasil, possui carga tributária elevada e complexa. É necessário um alto investimento em infraestrutura para que essas empresas continuem a atividade produtiva, além de arrecadarem vários tipos de tributos e impostos para o governo, possuem altos custos, pois é uma atividade com alto grau de complexidade.

A análise feita através da DVA da carga tributária foi útil para a pesquisa, pois pode-se levantar quanto da riqueza que as empresas geraram foi distribuída para a arrecadação fiscal.

As recomendações para trabalhos futuros são: analisar Demonstração do Valor Adicionado de empresas de ramos diferentes, porém, considerando o mesmo porte financeiro. Elaborar Demonstração do Valor Adicionado de empresas de pequeno e médio porte localizadas na cidade de Curitiba, de um ramo de atividade específico, mesmo não havendo obrigatoriedade de apresentação.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

CERVO, Luiz Amado; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. Ed – São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado (DVA)**: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE LUCA, Marcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas: 2009.

DE LUCA, Márcia Mendes. **Demonstração do valor adicionado: Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1. Ed – São Paulo: Atlas, 1998.

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. **Balanco Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; BERVIAN, Pedro Alcino. **Monografias para os cursos de administração, contabilidade e economia**. 1. Ed - São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARION, José Carlos; REIS, Arnaldo. **Mudanças nas Demonstrações Contábeis**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARION, José Carlos. **Mudanças nas demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica

e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise e balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 11. ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientação de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 1. Ed – São Paulo: Atlas, 2003.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis**: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras**: mudanças na lei das sociedades por ações. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2008

SANTOS, Ariovaldo do. **Demonstração contábil do valor adicionado (DVA)**: um instrumento para medição de geração e distribuição de riqueza nas empresas. 1999. Tese Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo do. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientação de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.